

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.890.475
Preferenciais	151.762.555
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Ordinária		2,12763
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	2,34040
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	2,34040
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Preferencial	Preferencial Classe C	2,34040
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Ordinária		1,09596
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	1,20555
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	1,20555
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	1,20555
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Ordinária		0,15655
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,17221
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,17221
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,17221
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Ordinária		0,86743
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,94418
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,94418
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,94418
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Ordinária		0,07260

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,07987
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,07987
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,07987
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,05508
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,06059
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,06059
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,06059
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,13445
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14790
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,14790
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,14790

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	9.485.720	11.163.454
1.01	Ativo Circulante	4.683.327	5.149.173
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.868.429	2.169.504
1.01.03	Contas a Receber	1.591.348	1.421.754
1.01.03.01	Clientes	1.591.348	1.421.754
1.01.04	Estoques	6.546	5.544
1.01.06	Tributos a Recuperar	139.041	124.120
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	139.041	124.120
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.077.963	1.428.251
1.01.08.03	Outros	1.077.963	1.428.251
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Setorial	562.700	787.149
1.01.08.03.02	Derivativos	276.564	304.165
1.01.08.03.20	Outros Créditos	238.699	336.937
1.02	Ativo Não Circulante	4.802.393	6.014.281
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.774.533	3.948.478
1.02.01.03	Contas a Receber	49.160	55.469
1.02.01.03.01	Clientes	49.160	55.469
1.02.01.06	Tributos Diferidos	163.266	75.598
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	163.266	75.598
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.562.107	3.817.411
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	184.368	936.086
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	93.693	83.702
1.02.01.09.05	Derivativos	370.841	847.091
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.897.394	1.674.332
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Setorial	0	258.187
1.02.01.09.20	Outros Créditos	15.811	18.013
1.02.04	Intangível	2.027.860	2.065.803
1.02.04.01	Intangíveis	2.027.860	2.065.803
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.027.860	2.065.803

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	9.485.720	11.163.454
2.01	Passivo Circulante	2.146.807	3.983.080
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51.879	32.912
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.879	32.912
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	51.879	32.912
2.01.02	Fornecedores	804.346	1.665.057
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	804.346	1.665.057
2.01.03	Obrigações Fiscais	357.073	310.028
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	141.551	101.905
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	80.429	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	9.111	15.566
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	41.967	75.476
2.01.03.01.04	Outros	10.044	10.863
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	215.522	208.123
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	495.668	525.906
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	420.297	449.068
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	178.477	162.909
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	241.820	286.159
2.01.04.02	Debêntures	75.371	76.838
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	75.371	76.838
2.01.05	Outras Obrigações	437.841	1.449.177
2.01.05.02	Outros	437.841	1.449.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	664.968
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	3.677	648
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	172.164	419.439
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	262.000	364.122
2.02	Passivo Não Circulante	6.166.139	5.827.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.812.847	5.102.968
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.649.897	3.940.295
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	939.613	974.421
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.710.284	2.965.874
2.02.01.02	Debêntures	1.162.950	1.162.673
2.02.02	Outras Obrigações	1.133.897	503.339
2.02.02.02	Outros	1.133.897	503.339
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	725.020	453.171
2.02.02.02.04	Derivativos	35.205	13.541
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	36.941	36.627
2.02.02.02.08	Passivo Financeiro Setorial	336.731	0
2.02.04	Provisões	219.395	221.674
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	219.395	221.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	61.656	30.868
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	67.263	100.065
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	76.023	78.239
2.02.04.01.20	Outros	14.453	12.502
2.03	Patrimônio Líquido	1.172.774	1.352.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	905.948	880.653
2.03.02	Reservas de Capital	196.667	221.962
2.03.04	Reservas de Lucros	432.206	498.021
2.03.04.01	Reserva Legal	22.175	22.175
2.03.04.02	Reserva Estatutária	300.373	245.742
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	120.446
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	163.209	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-525.256	-248.243

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.855.773	3.621.702	2.258.384	4.477.586
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.545.961	-2.995.360	-2.003.181	-3.864.608
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.246.792	-2.424.146	-1.731.430	-3.355.386
3.02.02	Custo de Operação	-160.628	-322.736	-143.591	-284.340
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-138.541	-248.478	-128.160	-224.882
3.03	Resultado Bruto	309.812	626.342	255.203	612.978
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-157.446	-309.337	-214.010	-340.291
3.04.01	Despesas com Vendas	-70.054	-141.365	-72.233	-135.719
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-84.761	-165.132	-138.238	-199.140
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.631	-2.840	-3.539	-5.432
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	152.366	317.005	41.193	272.687
3.06	Resultado Financeiro	23.957	25.321	15.681	-59.360
3.06.01	Receitas Financeiras	167.357	337.579	137.223	239.043
3.06.02	Despesas Financeiras	-143.400	-312.258	-121.542	-298.403
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	176.323	342.326	56.874	213.327
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.778	-124.486	-17.238	-75.642
3.08.01	Corrente	-111.610	-207.980	-25.980	-59.183
3.08.02	Diferido	48.832	83.494	8.742	-16.459
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	113.545	217.840	39.636	137.685
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	113.545	217.840	39.636	137.685
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,12675	0,24317	0,13568	0,47848
3.99.01.02	PNA	0,13942	0,26749	0,14925	0,52633
3.99.01.03	PNB	0,13942	0,26749	0,14925	0,52633
3.99.01.04	PNC	0,13942	0,26749	0,14925	0,52633

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	113.545	217.840	39.636	137.685
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-277.013	-277.013	0	0
4.02.01	Ganhos Atuariais	-277.013	-277.013	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-163.468	-59.173	39.636	137.685

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	634.086	-260.493
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	736.697	706.735
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	342.326	213.326
6.01.01.02	Amortização	105.609	109.553
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	63.397	95.933
6.01.01.04	Encarg Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	154.875	223.547
6.01.01.05	Perda com Plano de Pensão	26.124	27.021
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	2.913	5.479
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	-4.174	0
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.627	31.876
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-102.611	-967.228
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-208.168	-793.630
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-24.912	11.848
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	758.195	7.336
6.01.02.05	Contas a Receber Eletrobrás - Aporte CDE	46.664	-52.780
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	626.925	-341.947
6.01.02.07	Passivo financeiro setorial	236.133	0
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	18.949	2.390
6.01.02.11	Fornecedores	-860.711	-233.972
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-128.950	-68.689
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-31.986	127.369
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-28.260	-48.878
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-145.326	-118.796
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	-247.275	515.015
6.01.02.17	Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-78.022	-34.815
6.01.02.18	Adiantamento Eletrobrás - Aporte CDE	-22.840	47.863
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	-13.027	14.458
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-223.270	-186.771
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-2.891	-4.769
6.02.03	Adições de Intangível	-220.379	-182.048
6.02.04	Venda de ativo não circulante	0	46
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-711.892	174.710
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	258.879	1.378.048
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures Líquido de Derivativos	-185.356	-778.338
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-785.415	-425.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-301.076	-272.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.169.504	1.115.198
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.868.428	842.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-120.446	0	0	-120.446
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e JCP	0	0	-120.446	0	0	-120.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	217.840	-277.013	-59.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	217.840	0	217.840
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-277.013	-277.013
5.05.02.08	Perdas Atuariais	0	0	0	0	-277.013	-277.013
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	25.295	-25.295	54.631	-54.631	0	0
5.06.05	Aumentos de Capital	25.295	-25.295	0	0	0	0
5.06.06	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	54.631	-54.631	0	0
5.07	Saldos Finais	905.948	196.667	432.206	163.209	-525.256	1.172.774

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	241.264	248.858	527.213	0	-289.122	728.213
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	241.264	248.858	527.213	0	-289.122	728.213
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.493	0	-256.571	-21.480	0	-265.558
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.480	0	-21.480
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e JCP	0	0	-256.571	0	0	-256.571
5.04.09	Capitalização AFAC - AGO/E	12.493	0	0	0	0	12.493
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.685	0	137.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.685	0	137.685
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	26.896	-26.896	36.474	-36.474	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	36.474	-36.474	0	0
5.06.05	Aumentos de Capital	26.896	-26.896	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	280.653	221.962	307.116	79.731	-289.122	600.340

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	6.555.616	7.664.566
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.353.365	7.472.310
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	247.878	224.132
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-45.627	-31.876
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.228.238	-4.246.838
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.701.826	-3.723.925
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-526.412	-522.913
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.327.378	3.417.728
7.04	Retenções	-105.751	-109.629
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.751	-109.629
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.221.627	3.308.099
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	348.803	239.043
7.06.02	Receitas Financeiras	348.803	239.043
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.570.430	3.547.142
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.570.430	3.547.142
7.08.01	Pessoal	197.308	189.489
7.08.01.01	Remuneração Direta	106.308	100.535
7.08.01.02	Benefícios	81.473	80.532
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.527	8.422
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.840.320	2.923.467
7.08.02.01	Federais	1.624.196	1.791.605
7.08.02.02	Estaduais	1.213.718	1.129.676
7.08.02.03	Municipais	2.406	2.186
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	314.962	296.501
7.08.03.01	Juros	313.882	295.170
7.08.03.02	Aluguéis	1.080	1.331
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	217.840	137.685
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	21.480
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	217.840	116.205

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações (R\$ mil)	2º Trimestre			1º Semestre		
	2016	2015	Varição	2016	2015	Varição
Receita operacional bruta	3.216.807	4.316.291	-25,5%	6.601.243	7.696.441	-14,2%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.853.353	3.039.700	-6,1%	5.981.907	5.649.778	5,9%
Suprimento de energia elétrica	(439)	257.897	-100,2%	49.285	364.953	-86,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	138.236	127.714	8,2%	247.878	224.132	10,6%
Outras receitas operacionais	419.034	411.185	1,9%	815.956	679.287	20,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	(193.377)	479.795	-140,3%	(493.783)	778.291	-163,4%
Deduções da receita operacional	(1.361.035)	(2.057.907)	-33,9%	(2.979.540)	(3.218.855)	-7,4%
Receita operacional líquida	1.855.773	2.258.384	-17,8%	3.621.702	4.477.586	-19,1%
Custo com energia elétrica	(1.246.792)	(1.731.430)	-28,0%	(2.424.146)	(3.355.386)	-27,8%
Energia comprada para revenda	(1.079.487)	(1.589.239)	-32,1%	(2.077.136)	(3.021.472)	-31,3%
Encargo de uso do sistema transmissão e distribuição	(167.305)	(142.191)	17,7%	(347.009)	(333.914)	3,9%
Despesa operacional	(456.615)	(485.761)	-6,0%	(880.551)	(849.513)	3,7%
Pessoal	(95.350)	(92.590)	3,0%	(184.949)	(179.529)	3,0%
Entidade de previdência privada	(13.062)	(13.511)	-3,3%	(26.124)	(27.021)	-3,3%
Material	(15.524)	(11.901)	30,4%	(31.302)	(23.723)	31,9%
Serviço de terceiros	(82.127)	(61.884)	32,7%	(155.325)	(122.840)	26,4%
Amortização	(53.239)	(56.038)	-5,0%	(105.609)	(109.553)	-3,6%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(138.236)	(127.714)	8,2%	(247.878)	(224.132)	10,6%
Outros	(59.077)	(122.123)	-51,6%	(129.363)	(162.714)	-20,5%
Resultado do serviço	152.365	41.193	269,9%	317.006	272.687	16,3%
Resultado financeiro	23.957	15.681	52,8%	25.320	(59.360)	-142,7%
Receitas financeiras	167.358	137.223	22,0%	337.578	239.043	41,2%
Despesas financeiras	(143.400)	(121.541)	18,0%	(312.258)	(298.403)	4,6%
Resultado antes dos tributos	176.323	56.874	210,0%	342.326	213.326	60,5%
Contribuição social	(17.649)	(4.688)	276,4%	(34.337)	(20.268)	69,4%
Imposto de renda	(45.129)	(12.550)	259,6%	(90.149)	(55.374)	62,8%
Resultado líquido do período	113.545	39.636	186,5%	217.840	137.685	58,2%
EBITDA	205.604	97.231	111,5%	422.615	382.240	10,6%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 23)

Comentário do Desempenho

Receita operacional bruta

A Receita operacional bruta no 2º trimestre de 2016 foi de R\$ 3.216.807, apresentando uma redução de 25,5% (R\$ 1.099.484) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente, no mesmo valor), a Receita operacional bruta seria de R\$ 3.078.571, apresentando uma redução de 26,5% (R\$ 1.110.006) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 6,1% (R\$ 186.347) principalmente por: (i) redução de 6,7% na tarifa média em função da aplicação da bandeira tarifária verde no 2º trimestre de 2016 e bandeira vermelha no mesmo período do ano anterior que reduziu a tarifa média em 9,1%, compensado parcialmente pelo reajuste tarifário a partir de abril de 2016 de 7,55% (percepção do consumidor) e (ii) aumento no volume de energia vendida em 0,6% (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 100,2% (R\$ 258.336) basicamente pela redução no volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, bem como pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 1,9% (R\$ 7.848) basicamente pelos aumentos em: (i) subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos do CDE (R\$ 12.580); (ii) arrendamentos e alugueres (R\$ 2.439); (iii) serviço taxado (R\$ 1.075) e (iv) indenizações contratuais (R\$ 5.003), compensados parcialmente pela redução na receita de disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 13.289);
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** despesa de R\$ 193.377 neste trimestre e receita de R\$ 479.795 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 140,3% (R\$ 673.172) basicamente: (i) constituição de passivo financeiro setorial no 2º trimestre de 2016, decorrente de redução nos custos de energia, CDE e ESS e (ii) aumento na despesa com amortização dos ativos e passivos homologados.

➤ Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2016, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi maior em 0,3% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 42,0% do total do mercado fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 4,5% no 2º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da queda da massa de renda, o resultado positivo decorre da base baixa, devido a possíveis efeitos da redução do consumo pelos clientes em função dos aumentos tarifários a partir do segundo trimestre de 2015, das altas temperaturas registradas no período e do crescimento vegetativo.

A classe industrial, que representa 16,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 10,7% no 2º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do Estado de São Paulo.

A classe comercial, que representa 23,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 0,9% no 2º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da base baixa, decorrente dos possíveis efeitos de redução do consumo pelos clientes em função dos aumentos tarifários a partir do segundo trimestre de 2015, o resultado indica uma possível

Comentário do Desempenho

estabilização no patamar de consumo, pois reflete em parte o comportamento dos principais indicadores como massa de renda e vendas do comércio e confiança do consumidor.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outras concessionárias e permissionárias) participam com 18,7% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 3,3% no 2º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe rural, em função da baixa pluviometria nos meses de abril e maio em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 0,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é um crescimento de 4,5% na classe residencial, redução de 5,7% na classe industrial, estagnação (0,0%) na classe comercial e crescimento de 3,4% nas demais classes de consumo.

Dedução da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2016 foram de R\$ 1.361.035 apresentando uma redução de 33,9% (R\$ 696.872) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 351.102); (ii) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (R\$ 206.980); (iii) PIS/COFINS (R\$ 100.853); (iv) ICMS (R\$ 41.716), compensados por aumento: (v) encargo do Proinfa (R\$ 5.500) .

Custo do serviço de energia elétrica

No 2º trimestre de 2016, o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.246.792 apresentando uma redução de 28,0% (R\$ 484.638) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia comprada para revenda**

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 1.079.487 apresentando redução de 32,1% (R\$ 509.572) basicamente: (i) preço médio de 30,2% justificado por: redução no preço de liquidação de diferenças ("PLD"), e na tarifa de Itaipu, associado a compra de energia de modalidade com tarifa menor, compensado parcialmente pelo aumento do dólar, e (ii) volume de energia comprada de 2,7%.

- **Encargos do uso do sistema de distribuição**

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 167.305, apresentando um aumento de 17,7% (R\$ 25.114), impactado principalmente pelo aumento: (i) encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 37.637), compensado parcialmente pelas reduções em: (ii) encargos da rede básica (R\$ 8.653) e (iii) encargos de serviço do sistema (ESS) (R\$ 4.289).

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 456.615 no 2º trimestre de 2016, apresentando redução de 6,0% (R\$ 29.146) quando comparado com o mesmo período no ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 318.379, apresentando redução de 11,1% (R\$ 39.668).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

Comentário do Desempenho

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 265.141 neste trimestre, com redução de 12,2% (R\$ 36.869) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 3,0% (R\$ 2.760) em função, principalmente, dos efeitos do acordo coletivo de trabalho;
- ii. **Material:** aumento de 30,4% (R\$ 3.623), em função, principalmente, de: (i) reposição de materiais para manutenção de linhas e redes, máquinas e equipamentos e conservação de edificações de R\$ 2.376 e (ii) aquisição de materiais para manutenção da frota R\$ 1.167;
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 32,7% (R\$ 20.243), principalmente em: (i) manutenção do sistema elétrico e máquinas e equipamentos (R\$ 8.001); (ii) leitura/entrega de contas (R\$ 1.714); (iii) serviços terceirizados (R\$ 5.060); (iv) reaviso/corte/religação (R\$ 2.009) e (v) recuperação de inadimplência (R\$ 963).
- iv. **Outros:** redução de 51,6% (R\$ 63.046), principalmente em função de: (i) redução nas despesas legais e judiciais (R\$ 68.349), compensado por: (ii) aumento nas despesas com multas DIC/FIC (R\$ 2.475); (iii) aumento nas despesas de provisão para devedores duvidosos (R\$ 873) e (iv) redução na recuperação de despesas (R\$ 1.872).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou receita de R\$ 23.957, com aumento de 52,8% (R\$ 8.276), em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 22,0% (R\$ 30.135), principalmente: (i) rendimentos de aplicação financeira (R\$ 30.785); (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 5.754); (iii) juros e multas das liquidações de operações realizadas na CCEE (R\$ 3.910); compensados pela redução em: (iv) atualização dos depósitos judiciais (R\$ 12.112).
- **Despesas financeiras:** aumento de 18,0% (R\$ 21.859), principalmente: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 33.621); (ii) atualização do passivo financeiro setorial (R\$ 1.776), compensados por: (iii) variação cambial de Itaipu (R\$ 13.560).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 62.778, apresentando aumento de 264,2% (R\$ 45.540) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 113.545, com aumento de 186,5% (R\$ 73.909), em relação ao lucro verificado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 205.604 com aumento de 111,5% (R\$ 108.374), em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.868.429	2.169.504
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.591.348	1.421.754
Tributos a compensar	7	139.041	124.120
Derivativos	29	276.564	304.165
Ativo financeiro setorial	8	562.700	787.149
Estoques		6.546	5.544
Outros créditos	11	238.700	336.938
Total do circulante		4.683.327	5.149.173
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	49.160	55.469
Depósitos judiciais	19	184.368	936.086
Tributos a compensar	7	93.693	83.702
Ativo financeiro setorial	8	-	258.187
Derivativos	29	370.841	847.091
Créditos fiscais diferidos	9	163.266	75.598
Ativo financeiro da concessão	10	1.897.394	1.674.332
Outros créditos	11	15.811	18.012
Intangível	12	2.027.860	2.065.803
Total do não circulante		4.802.393	6.014.281
Total do ativo		9.485.720	11.163.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	804.346	1.665.057
Encargos de dívidas	14	18.063	20.047
Encargos de debêntures	15	75.371	76.838
Empréstimos e financiamentos	14	402.234	429.021
Entidade de previdência privada	16	3.677	648
Taxas regulamentares	17	172.164	419.439
Impostos, taxas e contribuições	18	357.073	310.028
Dividendo e juros sobre capital próprio		-	664.968
Obrigações estimadas com pessoal		51.879	32.912
Outras contas a pagar	20	262.001	364.121
Total do circulante		2.146.808	3.983.080
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	104.958	81.549
Empréstimos e financiamentos	14	3.544.939	3.858.747
Debêntures	15	1.162.950	1.162.673
Entidade de previdência privada	16	725.020	453.171
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	219.393	221.674
Derivativos	29	35.205	13.541
Passivo financeiro setorial	8	336.731	-
Outras contas a pagar	20	36.942	36.627
Total do não circulante		6.166.139	5.827.981
Patrimônio líquido	21		
Capital social		905.948	880.653
Reserva de capital		196.667	221.962
Reserva legal		22.175	22.175
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		109.658	109.658
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		300.372	245.742
Dividendo		-	120.446
Resultado abrangente acumulado		(525.256)	(248.243)
Lucros acumulados		163.209	-
Total do patrimônio líquido		1.172.774	1.352.393
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.485.720	11.163.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016		2015	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	23	1.855.773	3.621.702	2.258.384	4.477.586
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(1.246.792)	(2.424.146)	(1.731.430)	(3.355.386)
Custo de operação	25	(160.628)	(322.736)	(143.591)	(284.340)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(138.541)	(248.478)	(128.160)	(224.882)
Lucro operacional bruto		309.812	626.342	255.203	612.978
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(70.054)	(141.365)	(72.233)	(135.719)
Despesas gerais e administrativas		(84.761)	(165.132)	(138.238)	(199.140)
Outras despesas operacionais		(2.630)	(2.840)	(3.539)	(5.432)
Resultado do serviço		152.365	317.006	41.193	272.687
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		167.358	337.578	137.223	239.043
Despesas financeiras		(143.400)	(312.258)	(121.541)	(298.403)
		23.957	25.320	15.681	(59.360)
Lucro antes dos tributos		176.323	342.326	56.874	213.326
Contribuição social	9	(17.649)	(34.337)	(4.688)	(20.268)
Imposto de renda	9	(45.129)	(90.149)	(12.550)	(55.374)
		(62.778)	(124.486)	(17.238)	(75.642)
Lucro líquido do período		113.545	217.840	39.636	137.685
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,13	0,24	0,14	0,48
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,14	0,27	0,15	0,53

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	113.545	217.840	39.636	137.685
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais	(277.013)	(277.013)	-	-
Resultado abrangente do período	(163.468)	(59.173)	39.636	137.686

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	880.653	221.962	22.175	109.658	245.742	120.446	(248.243)	-	1.352.393
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	217.840	217.840
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(277.013)	-	(277.013)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	25.295	(25.295)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	54.631	-	-	(54.631)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(120.446)	-	-	(120.446)
Saldos em 30 de junho de 2016	905.948	196.667	22.175	109.658	300.372	-	(525.256)	163.209	1.172.774

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2015 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	241.264	248.858	7.265	109.658	153.719	256.572	(289.122)	-	728.213
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	137.685	137.685
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	26.896	(26.896)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	36.474	-	-	(36.474)	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(21.480)	(21.480)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(256.572)	-	-	(256.572)
Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2014	12.493	-	-	-	-	-	-	-	12.493
Saldos em 30 de junho de 2015	280.653	221.962	7.265	109.658	190.193	-	(289.122)	79.731	600.340

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro antes dos tributos	342.326	213.326
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	105.609	109.553
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	63.397	95.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.627	31.876
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	154.875	223.547
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	26.124	27.021
Perda (ganho) na baixa de não circulante	2.913	5.479
PIS e COFINS diferidos	(4.174)	-
	736.697	706.735
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(208.168)	(793.630)
Tributos a compensar	(24.912)	11.848
Depósitos judiciais	758.195	7.336
Ativo financeiro setorial	626.925	(341.947)
Contas a receber - aporte CDE	46.664	(52.780)
Outros ativos operacionais	18.949	2.390
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(860.711)	(233.972)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(28.260)	(48.878)
Outros tributos e contribuições sociais	(31.986)	127.369
Taxas regulamentares	(247.275)	515.015
Passivo financeiro setorial	236.133	-
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(78.021)	(34.815)
Contas a pagar - CDE	(22.840)	47.863
Outros passivos operacionais	(13.028)	14.458
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	908.362	(73.008)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(128.950)	(68.689)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(145.326)	(118.796)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	634.086	(260.493)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(2.891)	(4.769)
Adições de intangível	(220.379)	(182.048)
Venda de ativo não circulante	-	46
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(223.270)	(186.771)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	258.879	1.378.048
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(77.037)	(708.899)
Liquidação de operações com derivativos	(108.319)	(69.439)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(785.415)	(425.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(711.892)	174.710
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(301.076)	(272.554)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.169.504	1.115.198
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.868.429	842.644

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em
30 de junho de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	1º semestre 2016	1º semestre 2015
1 - Receita	6.555.616	7.664.566
1.1 Receita de venda de energia e serviços	6.353.364	7.472.309
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	247.878	224.132
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.627)	(31.876)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.228.238)	(4.246.838)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.701.826)	(3.723.925)
2.2 Material	(177.163)	(155.318)
2.3 Serviços de terceiros	(235.224)	(196.530)
2.4 Outros	(114.025)	(171.065)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	3.327.378	3.417.728
4 - Retenções	(105.751)	(109.629)
4.1 Amortização	(105.751)	(109.629)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	3.221.627	3.308.099
6 - Valor adicionado recebido em transferência	348.803	239.043
6.1 Receitas financeiras	348.803	239.043
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	3.570.430	3.547.142
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	197.308	189.489
8.1.1 Remuneração direta	106.308	100.535
8.1.2 Benefícios	81.473	80.532
8.1.3 F.G.T.S.	9.527	8.422
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.840.320	2.923.467
8.2.1 Federais	1.624.196	1.791.605
8.2.2 Estaduais	1.213.718	1.129.676
8.2.3 Municipais	2.406	2.186
8.3 Remuneração de capital de terceiros	314.962	296.501
8.3.1 Juros	313.882	295.170
8.3.2 Aluguéis	1.080	1.331
8.4 Remuneração de capital próprio	217.840	137.685
8.4.1 Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	-	21.480
8.4.2 Lucros retidos	217.840	116.205
	3.570.430	3.547.142

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,3 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pela alteração de prática relacionada ao Intangível (nota 3) e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 1º de agosto de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) estão apresentadas na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

Notas Explicativas

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em relação às políticas contábeis para o ativo intangível da concessão, descritas na nota explicativa 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações dos CPC 27 e à CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a

Notas Explicativas

estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos bancários	9.909	41.665
Aplicações financeiras	<u>1.858.520</u>	<u>2.127.840</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	21.433	12.562
Certificado de depósito bancário (b)	1.421.356	696.208
Fundos de investimento (c)	<u>415.731</u>	<u>1.419.069</u>
Total	<u>1.868.429</u>	<u>2.169.504</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,6% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,5% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2016	31/12/2015
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	233.988	209.124	38.350	481.462	437.024
Industrial	75.273	40.368	43.920	159.562	135.567
Comercial	96.277	39.446	16.711	152.434	134.841
Rural	19.678	5.248	1.354	26.281	28.451
Poder público	30.747	10.215	460	41.422	45.972
Iluminação pública	24.777	4.250	1.839	30.867	31.125
Serviço público	40.521	17.675	5.545	63.741	51.266
Faturado	521.261	326.327	108.180	955.768	864.245
Não faturado	565.261	-	-	565.261	496.648
Parcelamento de débito de consumidores	79.130	20.280	12.579	111.990	124.858
Operações realizadas na CCEE	45.126	-	-	45.126	183
Concessionárias e permissionárias	4.625	-	-	4.625	12.233
	1.215.403	346.607	120.759	1.682.770	1.498.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(91.421)	(76.413)
Total				1.591.348	1.421.754
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	54.060	-	-	54.060	62.560
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
	59.063	-	-	59.063	67.563
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(9.904)	(12.095)
Total				49.160	55.469

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2015	(88.508)	(7.179)	(95.687)
Provisão revertida (constituída)	(64.773)	(744)	(65.517)
Recuperação de receita	19.890	-	19.890
Baixa de contas a receber provisionadas	32.066	-	32.066
Saldo em 30/06/2016	(101.325)	(7.924)	(109.249)
Circulante		(91.421)	(91.421)
Não Circulante		(9.904)	(9.904)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	30/06/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	17.934
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	37.334
Imposto de renda e contribuição social a compensar	94.666	3.059
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.219	28.176
ICMS a compensar	26.925	27.871
Programa de integração social - PIS	1.281	816
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.024	3.878
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.808	4.928
Outros	118	123
Total	139.041	124.120
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	53.638	51.355
ICMS a compensar	40.054	32.347
Total	93.693	83.702

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2015	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Saldo em 30/06/2016
		Constituição	Realização	Atualização monetária		
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	274.478	(171.960)	(63.959)	10.638	-	49.197
Custos energia elétrica	(10.494)	183.416	(209.740)	(897)	(197.887)	(235.601)
ESS e EER (***)	(89.819)	(727)	124.052	(16.065)	(171.388)	(153.947)
Proinfra	(1.135)	16.618	(3.227)	1.664	-	13.919
Rede básica	46.189	(5.867)	(30.474)	(755)	-	9.093
Repasse de Itaipu	714.228	(79.722)	(114.900)	64.548	-	584.154
Transporte de Itaipu	8.586	2.577	(2.779)	816	-	9.199
Neutralidade dos encargos setoriais	130.676	33.096	(34.901)	4.225	-	133.096
Sobrecontratação	144	(158.217)	34.309	(22.798)	-	(146.562)
Outros componentes financeiros	(27.517)	(6.838)	(4.541)	2.316	-	(36.579)
Total	1.045.336	(187.624)	(306.159)	43.690	(369.275)	225.969
Ativo circulante	787.149					562.700
Ativo não circulante	258.187					-
Passivo não circulante	-					(336.731)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**9.1 - Composição dos créditos fiscais:**

Notas Explicativas

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	25.512	49.300
Benefício fiscal do ágio incorporado	52.810	55.123
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(35.185)</u>	<u>(83.382)</u>
Subtotal	43.137	21.040
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	71.170	137.228
Benefício fiscal do ágio incorporado	146.695	153.119
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(97.735)</u>	<u>(231.616)</u>
Subtotal	120.129	58.732
Crédito (Débito) de PIS e COFINS		
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	(4.174)
Total	<u>163.266</u>	<u>75.598</u>

9.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3% (4,34% no primeiro semestre de 2015).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>30/06/2016</u>		<u>31/12/2015</u>		<u>PIS/COFINS</u>
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	
Diferenças temporariamente indedutíveis					
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18.383	51.065	18.700	51.945	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.832	27.312	8.612	23.922	-
Provisão energia livre	5.696	15.823	5.402	15.007	-
Programas de P&D e eficiência energética	8.670	24.083	7.998	22.216	-
Provisão relacionada a pessoal	1.587	4.409	977	2.715	-
Derivativos	(59.307)	(164.742)	(112.200)	(311.666)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.915)	(8.097)	(3.043)	(8.452)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(40.960)	(113.777)	(33.510)	(93.084)	(4.174)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	21.612	60.035	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(6.093)	(16.925)	(6.488)	(18.022)	-
Outros	796	2.210	1.044	2.899	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado					
Perdas atuariais (CPC)	7.512	20.870	7.512	20.870	-
Total	<u>(35.185)</u>	<u>(97.735)</u>	<u>(83.382)</u>	<u>(231.616)</u>	<u>(4.174)</u>

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015:

	<u>CSLL</u>			
	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>2º Trimestre</u>	<u>1º Semestre</u>	<u>2º Trimestre</u>	<u>1º Semestre</u>
Lucro antes dos tributos	176.323	342.326	56.874	213.326
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	545	1.146	776	1.609
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(71)	(71)	(1.212)	(2.314)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	17.780	35.386	16.761	32.617
Juros sobre o capital próprio	-	-	(21.480)	(21.480)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.525	2.734	374	1.438
Base de cálculo	196.102	381.521	52.094	225.196
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	<u>(17.649)</u>	<u>(34.337)</u>	<u>(4.688)</u>	<u>(20.268)</u>
Corrente	(30.574)	(56.434)	(7.002)	(15.911)
Diferido	12.925	22.097	2.314	(4.357)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Notas Explicativas

	IRPJ			
	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro Antes dos Tributos	176.323	342.326	56.874	213.326
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(71)	(71)	(1.212)	(2.314)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	17.780	35.386	16.761	32.617
Juros sobre o capital próprio	-	-	(21.480)	(21.480)
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	(13.518)	(17.046)	(744)	(654)
Base de Cálculo	180.514	360.595	50.200	221.496
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(45.129)	(90.149)	(12.550)	(55.374)
Corrente	(81.036)	(151.547)	(18.978)	(43.272)
Diferido	35.907	61.398	6.428	(12.102)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2015	1.674.332
Adições	147.347
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	80.236
Baixas	(4.520)
Saldo em 30/06/2016	1.897.394

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	6.744	5.893	-	-
Adiantamentos - fornecedores	189	1.099	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	10.955	610	10.479	16.705
Ordens em curso	100.846	144.720	-	-
Serviços prestados a terceiros	5.280	2.899	-	-
Convênios de arrecadação	-	44.188	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	264	264
Despesas antecipadas	32.606	24.295	3.982	-
Contas a receber - Aporte CDE	50.405	97.069	-	-
Adiantamentos a funcionários	12.071	4.847	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	11.610	5.407	-	-
Outros	15.918	13.090	1.086	1.044
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(7.924)	(7.179)	-	-
Total	238.700	336.938	15.811	18.012

Contas a receber – Aporte CDE – referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 10.562 (R\$ 10.313 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 39.843 (R\$ 86.756 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23).

Notas Explicativas

Em maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE, até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE.

No primeiro semestre de 2016, a Companhia recebeu da Eletrobrás o recibo de quitação das quotas da CDE mediante compensação do contas a receber da Eletrobrás, referente ao aporte de CDE (nota 11), no montante de R\$ 141.049. Como consequência, a Companhia efetuou o encontro de contas entre o contas a receber- Aporte de CDE e do contas a pagar de CDE.

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2015	1.787.126	275.854	2.824	2.065.803
Custo histórico	5.122.108	275.854	8.061	5.406.023
Amortização acumulada	(3.334.982)	-	(5.237)	(3.340.219)
Adições	-	223.176	-	223.176
Amortização	(105.430)	-	(180)	(105.609)
Transferência - intangíveis	109.915	(109.915)	-	-
Transferência - ativo financeiro	(5.332)	(142.014)	-	(147.347)
Baixa e transferência - outros ativos	(8.163)	-	-	(8.163)
Saldo em 30/06/2016	1.778.115	247.101	2.645	2.027.860
Custo histórico	5.178.797	247.101	8.061	5.433.959
Amortização acumulada	(3.400.682)	-	(5.416)	(3.406.099)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No primeiro semestre de 2016 foram capitalizados R\$ 2.797 (R\$ 2.979 no primeiro semestre de 2015) a uma taxa de 7,50% a.a..

(13) FORNECEDORES

	30/06/2016	31/12/2015
Encargos de serviço do sistema	24.374	106.977
Suprimento de energia elétrica	547.903	1.256.614
Encargos de uso da rede elétrica	48.452	50.060
Materiais e serviços	94.525	167.930
Energia livre	89.092	83.476
Total	804.346	1.665.057

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/06/2016			31/12/2015		
				Encargos - circulante e não circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES - Investimento									
FINEM V (a)	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	187	33.855	19.749	260	33.616	36.417
FINEM V (b)	Pré fixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	14	1.740	2.755	18	1.740	3.625
FINEM V (c)	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	77	7.533	26.995	91	7.533	30.761
FINEM VI (d)	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	594	49.456	123.641	719	49.107	147.320
FINEM VI (e)	Pré fixado 2,50%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	182	27.587	149.431	210	27.587	163.225
FINEM VI (f)	Pré fixado 2,50%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	10	1.504	8.145	11	1.504	8.897
FINEM VII (g)	Pré fixado 6,00%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	148	7.952	53.674	163	5.964	57.650
FINEM VII (h)	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	483	24.991	118.709	468	16.288	114.018
FINEM VII (i)	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	86	13.078	62.121	74	8.154	57.076
FINAME	Pré fixado 4,50%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	54	8.435	21.089	66	8.435	25.306
Instituições financeiras									
Banco do Brasil- Capital Giro (j)	104,9% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	104.958	-	250.000	81.549	-	250.000
Outros									
Eletrobras	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	616	2.626	-	1.031	2.899
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				106.793	176.749	838.934	83.629	160.960	897.195
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições Financeiras									
Morgan Stanley	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (1)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.200	162.175	-	1.262	195.240	-
Merrill Lynch	US\$ + 3,69% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	5.619	-	324.350	6.844	-	390.480
Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,70% (3)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	28	-	145.958	34	-	175.716
Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,40% (8)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.315	-	486.525	1.374	-	585.720
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	219	-	162.175	262	-	195.240
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,44% (9)	Parcela única em janeiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	865	-	188.123	918	-	226.478
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (4)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.222	78.099	-	1.479	94.022	-
Mizuho (k)	US\$ + Libor 3 meses + 1,55% (5)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	44	-	243.263	35	-	292.860
Bank of Tokyo-Mitsubishi (l)	US\$ + Libor 3 meses + 0,80% (6)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	112	-	162.175	140	-	195.240
Bank of Tokyo-Mitsubishi (m)	US\$ + Libor 3 meses + 0,88% (14)	Parcela única em fevereiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	285	-	162.175	284	-	195.240
JP MORGAN	US\$ + 2,28% a 2,32% (7)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	153	-	129.740	189	-	156.192
JP MORGAN	US\$ + 2,36% a 2,39 (10)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.293	-	113.523	1.587	-	136.668
JP MORGAN	US\$ + 2,74% (11)	Parcela única em janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.049	-	81.088	1.271	-	97.620
JP MORGAN	US\$ + 2,2% (12)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	416	-	48.653	508	-	58.572
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (15)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	552	-	71.940	663	-	85.328
HSBC Bank	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (13)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.090	-	280.249	1.116	-	337.388
Operação sindicalizada (n) (*) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (16)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	766	-	216.233	-	-	-
Marcação a mercado				-	(14.682)	(99.783)	-	(21.070)	(159.969)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				16.228	225.592	2.716.384	17.967	268.193	2.968.773
Gastos com Captação (*)				-	(107)	(10.379)	-	(131)	(7.222)
Total				123.021	402.234	3.544.939	101.596	429.021	3.858.747

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 103,50% do CDI a.a. (2) 106,85% do CDI a.a. (3) 109,50% do CDI a.a. (4) 104,90% do CDI a.a. (5) 106,89% a 106,90% do CDI a.a. (6) 105,50% do CDI a.a. (7) 105,65% a 105,70% do CDI a.a. (8) 106,35% do CDI a.a. (9) 108,60% do CDI a.a. (10) 101,8% a 104,1% do CDI a.a. (11) 106,6% do CDI a.a. (12) 104% do CDI a.a. (13) 104,5% a 105,9% do CDI a.a. (14) 107,85% do CDI a.a. (15) 103,6% do CDI a.a. (16) 108,15% a 116% do CDI a.a.

- (a) Taxa efetiva: 60,70% a 68,82% do CDI
 (b) Taxa efetiva: 65,91% do CDI
 (c) Taxa efetiva: 45,68% do CDI
 (d) Taxa efetiva: 88,55% a 100,53% do CDI
 (e) Taxa efetiva: 30,35% do CDI
 (f) Taxa efetiva: 30,65% do CDI
 (g) Taxa efetiva: 48,29% a 48,39% do CDI
 (h) Taxa efetiva: 68,63% a 72,87% do CDI
 (i) Taxa efetiva: 121,32% a 121,64% do CDI
 (j) Taxa efetiva: 109,47% do CDI
 (k) Taxa efetiva: 108,49% do CDI
 (l) Taxa efetiva: 107,5% do CDI
 (m) Taxa efetiva: 110,44% do CDI
 (n) Taxa efetiva: 115,9% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Empréstimo financeiro em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de junho de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 2.958.204 (R\$ 3.254.933 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de junho de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 114.465 (ganho de R\$ 181.039 em 31 de dezembro de 2015) reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 43.500 (perda de R\$ 96.741 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 70.965 (ganho total líquido de R\$ 84.298 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/07/2017	316.727
2018	2.045.086
2019	685.213
2020	424.786
2021	118.872
2022 a 2024	54.038
Subtotal	3.644.722
Marcação a mercado	(99.783)
Total	3.544.939

Adições no período:

Moeda nacional

BNDES - FINEM VII – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 427.716, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No primeiro trimestre de 2016 houve liberações de R\$ 27.075 (R\$ 26.421 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 146.522 foi cancelado.

Moeda estrangeira

Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC (“Sindicalizada”) – No primeiro semestre de 2016, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 236.127 (R\$ 232.458 líquidos de gastos com captação) com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Condições restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

BNDES - Os financiamentos junto ao BNDES restringe a Companhia: (i) a somente realizar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros pela Companhia em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida líquida dividida pela soma da dívida líquida e o patrimônio líquido - valor máximo 0,90.

Moeda estrangeira – Lei. Nº 4.131 Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC (“Sindicalizada”)

Notas Explicativas

Manutenção dos seguintes índices financeiros, pela garantidora CPFL Energia, calculados semestralmente:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA – valor máximo de 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro - valor máximo de 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/06/2016			31/12/2015		
						Encargos	Não circulante	Total	Encargos	Não circulante	Total
6ª Emissão - Série única	660	CDI + 0,8%	CDI + 0,87%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	46.727	660.000	706.727	47.292	660.000	707.292
7ª Emissão - Série única	50.500	CDI + 0,83%	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	28.644	505.000	533.644	29.546	505.000	534.546
Gastos com Emissão (*)						-	(2.050)	(2.050)	-	(2.327)	(2.327)
						75.371	1.162.950	1.238.321	76.838	1.162.673	1.239.511

(1) A companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,05% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/07/2017	197.171
2018	323.697
2019	389.837
2020	126.031
2021	126.214
Total	1.162.950

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, e estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados com as seguintes características:

16.1 – Características:

Notas Explicativas

Atualmente vigora, para os funcionários um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2015	437.670
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	26.124
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(31.788)
Perda (ganho) atuarial por mudança de premissas financeiras	277.013
Passivo atuarial líquido em 30/06/2016	709.019
Outras contribuições	19.678
Total	728.697
Circulante	3.677
Não circulante	725.020

Neste trimestre, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2015, os laudos atuariais foram atualizados para a data-base 30 de junho de 2016 e os respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados no montante de R\$ 277.013 para refletirem os novos laudos.

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015
Custo do serviço	380	635
Juros sobre obrigações atuariais	229.324	210.157
Rendimento esperado dos ativos do plano	(203.580)	(183.771)
Total da despesa (receita)	26.124	27.021

Conforme descrito acima, em função das mudanças no cenário macroeconômico brasileiro, o laudo atuarial foi atualizado para junho de 2016 e a estimativa das receitas e despesas, com base no novo laudo, a serem registradas no segundo semestre de 2016 está apresentada abaixo:

Notas Explicativas

	2° Semestre 2016 Estimadas
Custo do serviço	447
Juros sobre obrigações atuariais	238.547
Rendimento esperado dos ativos do plano	(200.604)
Total da despesa (receita)	38.390

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 30 de junho de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram:

	30/06/2016	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012** 100% na primeira	ExpR_2012** 100% na primeira	ExpR_2012* 100% na primeira
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	elegibilidade a um benefício integral	elegibilidade a um benefício integral	elegibilidade a um benefício integral

* Experiência FUNCESP.

** Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	30/06/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	679	652
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	171.026	248.897
Bandeiras tarifárias e outros	459	169.890
Total	172.164	419.439

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 98.788 (R\$ 184.269 em 31 de dezembro de 2015), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 27.364 (R\$ 22.209 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 44.874 (R\$ 42.419 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia efetuou a compensação do montante a pagar de CDE e o contas a receber – aporte de CDE (nota 11), tendo em vista que os Recibos de Quitação da Eletrobrás no montante de R\$ 141.049.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). Neste trimestre, em função das melhores condições hidrológicas, foi suspenso a cobrança das bandeiras tarifárias, ocorrendo apenas refaturamentos.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Notas Explicativas

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	215.522	208.123
Programa de integração social - PIS	9.111	15.566
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	41.967	75.476
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	64.184	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	16.245	-
Outros	10.044	10.864
Total	<u>357.073</u>	<u>310.028</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	67.263	39.801	100.065	36.231
Cíveis	76.023	42.235	78.239	55.428
Fiscais				
FINSOCIAL	31.135	87.496	29.917	84.092
Imposto de renda	-	-	-	746.695
Outras	30.520	14.837	951	13.640
	<u>61.656</u>	<u>102.332</u>	<u>30.868</u>	<u>844.427</u>
Outros	14.453	-	12.502	-
Total	<u>219.393</u>	<u>184.368</u>	<u>221.674</u>	<u>936.086</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 30/06/2016</u>
Trabalhistas	100.065	38.270	(26.028)	(50.152)	5.108	67.263
Cíveis	78.239	24.226	(7.279)	(27.093)	7.929	76.023
Fiscais	30.868	28.280	(1)	65	2.444	61.656
Outros	12.502	2.150	(905)	(841)	1.547	14.453
Total	<u>221.674</u>	<u>92.927</u>	<u>(34.213)</u>	<u>(78.021)</u>	<u>17.028</u>	<u>219.393</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

As adições em provisões para riscos fiscais, realizadas no primeiro semestre de 2016, referem-se, substancialmente, a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, cujos saldos estavam classificados anteriormente em Tributos a recolher.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 30 de junho de 2016 estavam assim representadas: (i) trabalhistas de

Notas Explicativas

232.378 (R\$ 282.937 em 31 de dezembro de 2015) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros; (ii) cíveis de 203.378 (R\$ 194.770 em 31 de dezembro de 2015) representadas basicamente por danos pessoais e majoração tarifária; (iii) fiscais de R\$ 1.469.470 (R\$ 1.408.043 em 31 de dezembro de 2015), representadas basicamente por imposto de renda, INSS e FINSOCIAL, sendo uma das principais discussões a dedutibilidade para Imposto de renda da despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.106.266. Em janeiro de 2016, a Companhia obteve decisões judiciais que autorizaram a substituição dos depósitos judiciais relativos a esse processo por garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia), cujos respectivos levantamentos em favor da Companhia ocorreram em 2016. Há recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional em um dos casos, sem efeito suspensivo, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal e; (iv) questões regulatórias de R\$ 20.945 (R\$ 12.114 em 31 de dezembro de 2015).

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	35.023	26.780	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	130.645	147.064	24.081	25.401
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	28.727	49.896	11.416	9.497
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	909	1.960	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	454	980	-	-
Adiantamentos	5.473	4.346	900	994
Descontos tarifários - CDE	9.867	32.707	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	265	162	-	-
Folha de pagamento	3.656	4.989	-	-
Participação nos lucros	11.348	11.988	544	735
Convênios de arrecadação	30.544	77.004	-	-
Outros	5.090	6.246	-	-
Total	262.001	364.121	36.942	36.627

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			%
	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	
CPFL Energia S/A	728.890.475	151.762.555	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	-	1	1	-
Total	728.890.475	151.762.556	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante R\$ 25.295, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2015 sem emissão de novas ações.

21.2 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 49.343, atribuindo-se para ação ordinária o valor de R\$ 0,055081214 e R\$ 0,060589336 para cada ação preferencial; (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 120.446, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,134452455 e R\$ 0,147897701 para cada ação preferencial e (iii) juros sobre o capital próprio intermediário declarado em junho de 2015 no montante de R\$ 21.480 (R\$ 18.258 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,072608662 (R\$ 0,061717363 líquido de IRRF) e para cada ação preferencial o valor de R\$ 0,079869529 (R\$ 0,067889100 líquido de IRRF).

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	2016		2015	
	2° Trimestre	1° Semestre	2° Trimestre	1° Semestre
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	113.545	217.840	39.636	137.685
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	728.890.475	728.890.475	125.183.647	120.814.643
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	151.762.556	151.762.556	151.762.556	151.762.556
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,13	0,24	0,14	0,48
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,14	0,27	0,15	0,53

Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.281.026	2.726.178	1.335.958	2.523.138
Industrial	479.020	993.084	577.652	1.013.431
Comercial	682.455	1.444.784	739.119	1.365.302
Rural	81.004	162.377	84.756	149.473
Poderees públicos	99.199	191.982	102.749	181.977
Iluminação pública	73.174	152.526	82.780	137.569
Serviço público	136.859	283.061	148.602	261.171
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(14.185)	(28.265)	(13.538)	(26.277)
Fornecimento faturado	2.818.552	5.925.727	3.058.079	5.605.784
Fornecimento não faturado (líquido)	34.801	56.180	(18.379)	43.994
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.089.607)	(2.236.951)	(1.083.961)	(1.942.099)
Fornecimento de energia elétrica	1.763.746	3.744.956	1.955.739	3.707.679
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	1.657	4.102	1.548	3.256
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(794)	(1.641)	-	-
Energia elétrica de curto prazo	(2.096)	45.183	256.349	361.697
Suprimento de energia elétrica	(1.233)	47.644	257.897	364.953
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.090.401	2.238.592	1.083.961	1.942.099
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	281.825	537.889	295.114	467.985
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(3.595)	(7.121)	(3.223)	(6.340)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	138.236	247.878	127.714	224.132
Ativo e passivo financeiro setorial	(193.377)	(493.783)	479.795	778.291
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários	102.913	211.946	90.333	159.463
Outras receitas e rendas	37.891	73.242	28.962	58.180
Outras receitas operacionais	1.454.294	2.808.643	2.102.656	3.623.810
Total da receita operacional bruta	3.216.807	6.601.243	4.316.291	7.696.441
Deduções da receita operacional				
ICMS	(572.878)	(1.212.968)	(614.594)	(1.129.028)
PIS	(50.691)	(105.316)	(68.681)	(122.713)
COFINS	(233.485)	(485.092)	(316.348)	(565.226)
ISS	(123)	(220)	(103)	(174)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(452.583)	(904.605)	(659.563)	(880.419)
Programa de P & D e eficiência energética	(17.138)	(33.665)	(18.959)	(40.153)
PROINFA	(17.460)	(27.761)	(11.960)	(24.076)
Bandeiras tarifárias e outros	(14.641)	(205.922)	(365.743)	(453.345)
Outros	(2.036)	(3.992)	(1.956)	(3.721)
	(1.361.035)	(2.979.540)	(2.057.907)	(3.218.855)
Receita operacional líquida	1.855.773	3.621.702	2.258.384	4.477.586

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Classe de consumidores				
Residencial	2.221	4.581	2.126	4.607
Industrial	858	1.742	960	1.940
Comercial	1.221	2.547	1.232	2.648
Rural	253	489	237	494
Poderes públicos	188	358	183	372
Iluminação pública	239	480	232	457
Serviço público	291	585	286	582
Fornecimento faturado	5.272	10.783	5.256	11.100
Consumo próprio	5	10	5	10
Fornecimento de energia elétrica	5.277	10.793	5.261	11.111
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	13	28	15	31
Energia elétrica de curto prazo	477	574	736	794
Suprimento de energia elétrica	490	602	751	825

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Número de consumidores (*)	30/06/2016	30/06/2015
Classe de consumidores		
Residencial	3.859.682	3.768.928
Industrial	30.766	31.792
Comercial	255.777	261.283
Rural	79.734	78.071
Poderes públicos	27.895	27.462
Iluminação pública	7.824	7.416
Serviço público	4.611	4.449
Consumo próprio	446	444
Total	4.266.735	4.179.845

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

23.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE").

Em 05 de abril de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.056, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2016, em 9,89%, sendo negativo -0,29% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,18% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,55% (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

Em 7 de abril de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.871, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2015, em 41,45%, sendo 37,31% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,14% relativos aos componentes financeiros pertinentes. Esses percentuais foram apurados comparando-se com a base econômica do Reajuste Tarifário Anual – RTA de abril 2014. Ao comparar com a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE de março de 2015, o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 4,67% (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015 o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,05% no grupo A, 27,27%

Notas Explicativas

no grupo B, total de 32,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 07 de abril de 2015.

23.3 – Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No primeiro semestre de 2016, foi registrada receita de R\$ 211.946 (R\$ 159.463 no primeiro semestre de 2015), sendo: (i) R\$ 27.285 (R\$ 19.154 no primeiro semestre de 2015) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 184.661 (R\$ 140.309 no primeiro semestre de 2015) referentes a outros descontos tarifários em contrapartida na rubrica contas a receber – Aporte CDE (nota 11) e contas a pagar - descontos tarifários – CDE (nota 20).

23.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

No primeiro semestre de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 205.922 (R\$ 453.345 no primeiro semestre de 2015) registrados na rubrica “Bandeiras tarifárias e outros”. No primeiro semestre de 2016, foram homologados pela ANEEL R\$ 369.275 (R\$ 254.718 no primeiro semestre de 2015) referentes aos meses de novembro de 2015 a maio de 2016, que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 6.078 (R\$ 67.841 no primeiro semestre de 2015) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE, e R\$ 468 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – CDE

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias (“REH”) nº 2.077 de 07 de junho de 2016, nº 2018, de 02 de fevereiro de 2016 e nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015 estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE por um período médio de cinco anos a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

Notas Explicativas**(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	265.362	553.145	353.102	675.396
Energia de curto prazo	22.558	(28.004)	9.728	104.458
PROINFA	43.714	95.316	34.355	68.539
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	857.885	1.668.399	1.354.042	2.481.052
Crédito de PIS e COFINS	(110.030)	(211.719)	(161.989)	(307.974)
Subtotal	1.079.487	2.077.136	1.589.239	3.021.472
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica	94.650	189.444	103.303	208.288
Encargos de transporte de Itaipu	6.802	13.379	5.458	13.522
Encargos de conexão	5.414	9.977	3.828	7.019
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.700	7.371	3.649	6.987
Encargos de serviço do sistema - ESS	36.156	108.317	40.445	132.133
Encargos de energia de reserva - EER	37.637	53.893	-	-
Crédito de PIS e COFINS	(17.053)	(35.370)	(14.493)	(34.035)
Subtotal	167.305	347.009	142.191	333.914
Total	1.246.792	2.424.146	1.731.430	3.355.386

	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<u>Energia comprada para revenda - GWh(*)</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.332	2.657	1.354	2.700
Energia de curto prazo	50	163	22	249
PROINFA	129	252	142	272
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	5.045	10.125	5.222	10.321
Total	6.556	13.197	6.739	13.542

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Pessoal	65.983	65.413	1	-	12.231	12.079	17.135	15.098	-	-	95.350	92.590
Entidade de previdência privada	13.062	13.511	-	-	-	-	-	-	-	-	13.062	13.511
Material	8.805	10.880	76	102	621	242	6.022	677	-	-	15.524	11.901
Serviços de terceiros	24.072	11.476	230	344	26.335	24.107	31.490	25.957	-	-	82.127	61.884
Amortização	44.751	43.523	-	-	196	5.152	8.292	7.363	-	-	53.239	56.038
Custos com construção da infraestrutura	-	-	138.236	127.714	-	-	-	-	-	-	138.236	127.714
Outros	3.954	(1.212)	(1)	-	30.671	30.654	21.823	89.143	2.630	3.539	59.077	122.123
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.098	9.278	-	-	-	-	9.098	9.278
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	21.417	20.544	-	-	-	-	21.417	20.544
Arrendamentos e aluguéis	-	2	-	-	-	(2)	508	657	-	-	508	657
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.178	309	-	-	1.178	309
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	16.311	87.714	-	-	16.311	87.714
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	740	-	331	-	-	-	1.071
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.696	3.581	2.696	3.581
Outros	3.954	(1.214)	(1)	-	156	96	3.825	132	(66)	(42)	7.868	(1.028)
Total	160.628	143.591	138.541	128.160	70.054	72.233	84.761	138.238	2.630	3.539	456.614	485.761

	1º Semestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Pessoal	128.961	126.449	1	-	24.132	23.948	31.855	29.132	-	-	184.949	179.529
Entidade de previdência privada	26.124	27.021	-	-	-	-	-	-	-	-	26.124	27.021
Material	23.087	21.704	143	178	937	435	7.135	1.406	-	-	31.302	23.723
Serviços de terceiros	45.904	22.765	458	572	52.075	49.216	56.888	50.286	-	-	155.325	122.840
Depreciação e amortização	88.760	84.637	-	-	385	10.335	16.464	14.582	-	-	105.609	109.553
Custos com construção da infraestrutura	-	-	247.878	224.132	-	-	-	-	-	-	247.878	224.132
Outros	9.899	1.763	(2)	(1)	63.836	51.786	52.790	103.734	2.840	5.432	129.363	162.714
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	17.953	18.243	-	-	-	-	17.953	18.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	45.627	31.876	-	-	-	-	45.627	31.876
Arrendamentos e aluguéis	-	2	-	-	-	(2)	1.080	1.329	-	-	1.080	1.329
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.285	1.670	-	-	2.285	1.670
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	43.283	103.228	-	-	43.283	103.228
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	1.473	-	545	-	-	-	2.019
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.913	5.479	2.913	5.479
Outros	9.899	1.761	(2)	(1)	256	195	6.141	(3.038)	(73)	(47)	16.221	(1.129)
Total	322.736	284.340	248.478	224.882	141.365	135.719	165.132	199.140	2.840	5.432	880.551	849.512

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	55.549	106.639	24.763	53.615
Acréscimos e multas moratórias	30.730	61.450	26.848	47.338
Atualização de créditos fiscais	7.464	7.810	1.710	3.278
Atualização de depósitos judiciais	3.237	6.584	15.349	29.745
Atualizações monetárias e cambiais	7.673	19.491	14.377	18.612
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	35.059	80.236	32.551	57.329
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.960	9.714	1.708	5.741
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	17.538	43.690	18.011	18.011
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.260)	(11.225)	-	-
Outros	7.408	13.188	1.904	5.374
Total	167.358	337.578	137.223	239.043
Despesas				
Encargos de dívidas	(88.545)	(177.373)	(79.191)	(153.803)
Atualizações monetárias e cambiais	(49.203)	(110.126)	(32.510)	(118.265)
(-) Juros capitalizados	1.720	2.797	1.754	2.979
Atualizações de passivo financeiro setorial	-	-	1.776	-
Outros	(7.372)	(27.556)	(13.370)	(29.314)
Total	(143.400)	(312.258)	(121.541)	(298.403)
Resultado financeiro	23.957	25.320	15.681	(59.360)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 633.835 no primeiro semestre de 2016 (ganho líquido de R\$ 311.751 no primeiro semestre de 2015) (nota 29).

Notas Explicativas

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações.

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco Bradesco, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Outras receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.
- f) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.380 (R\$ 2.137 no primeiro semestre de 2015). Este valor é composto por R\$ 2.299 (R\$ 2.036 no primeiro semestre de 2015) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 81 (R\$ 101 no primeiro semestre de 2015) de benefícios pós-emprego, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	1º semestre 2016	1º semestre 2015	1º semestre 2016	1º semestre 2015
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	381	4.835	-	-	3	7	-	1
Banco Bradesco S.A. (**)	810.968	1.446.220	-	-	47.215	-	14	-
Empréstimos e Financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	888.602	866.095	-	-	59.556	58.374
Banco BNP Paribas Brasil S.A. (**)	3.806	15.594	-	-	-	-	15.480	-
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	1.738	1.738
Banco Bradesco S.A. (**)	21	-	1.138	1.259	-	-	4.107	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. - CGMP	-	-	-	-	-	-	652	-
Cia.de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP/REV	20	14	7	7	10	10	4	4
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	513	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	-	-	-	-	-	-	13
Indústrias Romi S.A.	4	-	-	-	26	23	-	-
Instituto CCR	19	-	-	-	-	-	(19)	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (***)	-	-	-	12	-	-	-	-
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.	24	-	-	-	142	-	-	-
TOTVS S.A.	-	-	-	2	-	-	11	11
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	16	15	-	-	273	389
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	1.194	995	-	-	19.431	8.045
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	956	969	-	-	16.845	2.492
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	156	130	-	-	2.539	2.058
Norte Energia S.A.	-	-	909	-	-	-	3.656	-
Rio PCH I S.A.	-	-	229	191	-	-	3.729	3.022
SE Narendiba S.A.	-	-	-	-	-	-	33	42
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	344	263	-	-	5.554	4.404
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	-	-	-	3.719	3.369

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(**) Parte relacionada a partir de 31.12.2015

(***) Parte relacionada até 31.12. 2015

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	181	203	13	33	-	-	(1.192)	(939)
CPFL Brasil Varejista S.A	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	505	711	508	436	-	-	(485)	(498)
Companhia Luz e Força Santa Cruz	56	53	-	-	-	-	(364)	(317)
Companhia Leste Paulista de Energia	15	14	-	-	-	-	(104)	(91)
Companhia Sul Paulista de Energia	20	18	1	19	-	-	(138)	(120)
Companhia Jaguari de Energia	21	18	28	26	-	-	48	42
Companhia Luz e Força de Mococa	10	9	-	3	-	-	(70)	(61)
Rio Grande Energia S.A.	323	324	14	53	-	-	(2.239)	(1.821)
CPFL Geração de Energia S.A.	179	230	36	83	-	-	(1.052)	(724)
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	13	-	1	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	165	154	-	-	-	-	(1.132)	(896)
CPFL Renováveis - Consolidado	24	24	24	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	64	98	51	109	-	-	(485)	(372)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	4	3	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	14	1	1	3	-	-	(10)	(5)
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	1	-	-	(3)	(2)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	10	-	1	-	-	(1)	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	67	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	119	141	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A	-	-	-	-	3	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	432	429	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	8	3	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	1	1	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	4	2	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	3	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	25	24	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	116	123	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	124	73	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	134	116	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	23	13	-	-
CPFL Telecom S.A.	99	-	-	-	589	489	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	3	-	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	664.968	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	69	-	-	-	16	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	62	-	-	-	23	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	68	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	39	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	56	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	50	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	26.061	36.059	3.073	3.659	2	-	7.930	2.835
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	3.454	1.813	-	-	10.835	11.380
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1.255	973	-	-	6.937	8.352
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	13	559	-	-	911	3.137
CPFL Telecom S.A.	-	-	11	11	-	-	64	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.954	1.600	-	-	9.678	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.513
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.116	1.176	-	-	6.908	6.752	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	10.715	86.821	-	-	61.666	62.529
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	23	16	-	-	102	92
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	5.036	10.898	-	-	28.362	51.932
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	389	324	-	-	1.752	1.397
Campos Novos Energia S.A.	-	-	33.933	107.672	-	-	94.831	84.384
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	8.503	48.020	-	-	48.706	45.232
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	21.867	112.207	-	-	122.197	113.270
CPFL Renováveis - Consolidado	725	902	742	540	2.453	2.207	3.483	1.280
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	284	244	-	-	4.009	-

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/06/2016		31/12/2015	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	1.632.809	1.632.809	1.753.548	1.753.548
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	235.620	235.620	409.486	409.486
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	647.405	647.405	1.151.256	1.151.256
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.897.394	1.897.394	1.674.332	1.674.332
					4.413.228	4.413.228	4.988.622	4.988.622
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (**)	1.118.090	976.719	1.137.330	978.009
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	(2)	Nível 2	2.952.104	2.952.104	3.252.033	3.252.033
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (**)	1.238.321	1.211.422	1.239.511	1.219.413
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	35.205	35.205	13.541	13.541
					5.343.720	5.175.450	5.642.415	5.462.996

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a companhia apresentou uma perda de R\$ 66.573 no primeiro semestre de 2016 (ganho de R\$ 26.160 no primeiro semestre de 2015).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Empréstimos e recebíveis
- (c) - Mantidos até o vencimento
- (d) - Disponível para Venda
- (e) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – aporte CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) convênios de arrecadação; (vii) descontos tarifários – CDE e (viii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado

Notas Explicativas

do primeiro semestre de 2016 são de R\$ 80.236 (ganho de R\$ 57.329 no primeiro semestre de 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores de mercado, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	vencimento final	Nacional
	Ativo	(Passivo)						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Bank of Tokyo-Mitsubish	39.530	-	39.530	44.055	(4.525)	dólar	03/2019	117.400
Bank of Tokyo-Mitsubish	5.949	-	5.949	17.405	(11.456)	dólar	02/2020	142.735
Bank of America Merrill Lynch	36.874	-	36.874	39.788	(2.914)	dólar	09/2018	106.020
Bank of America Merrill Lynch	68.292	-	68.292	75.242	(6.951)	dólar	02/2018	405.300
Bank of America Merrill Lynch	174.592	-	174.592	167.486	7.106	dólar	07/2016	156.700
Bank of America Merrill Lynch	-	(14.230)	(14.230)	(8.520)	(5.710)	dólar	10/2018	329.500
Bank of America Merrill Lynch	42.084	-	42.084	45.413	(3.329)	dólar	03/2019	116.600
Bank of America Merrill Lynch	-	(4.049)	(4.049)	(5.697)	1.649	dólar	05/2021	59.032
BNP PARIBAS	3.806	-	3.806	4.536	(730)	euro	01/2018	63.896
Citibank	38.388	-	38.388	43.965	(5.577)	dólar	03/2019	117.250
Citibank	20.389	-	20.389	27.465	(7.076)	dólar	01/2020	156.600
Citibank	-	(7.041)	(7.041)	(11.404)	4.363	dólar	05/2021	118.063
HSBC	8.316	-	8.316	9.224	(908)	dólar	01/2018	54.214
HSBC	35.615	-	35.615	38.236	(2.621)	dólar	01/2018	173.459
HSBC	-	(5.299)	(5.299)	(5.726)	427	dólar	05/2021	59.032
J.P. Morgan	12.304	-	12.304	13.000	(695)	dólar	12/2017	51.470
J.P. Morgan	10.884	-	10.884	11.568	(685)	dólar	12/2017	53.100
J.P. Morgan	3.650	-	3.650	3.915	(265)	dólar	01/2018	27.121
J.P. Morgan	9.460	-	9.460	9.815	(355)	dólar	01/2018	67.938
J.P. Morgan	9.030	-	9.030	10.139	(1.109)	dólar	01/2019	67.613
J.P. Morgan	5.229	-	5.229	5.809	(581)	dólar	02/2018	41.100
J.P. Morgan	21.041	-	21.041	22.706	(1.666)	dólar	03/2019	58.300
Morgan Stanley	74.900	-	74.900	74.802	98	dólar	09/2016	85.475
Scotia Bank	27.072	-	27.072	27.063	9	dólar	07/2016	49.000
Subtotal	647.404	(30.618)	616.786	660.286	(43.500)			
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Bank of America Merrill Lynch	-	(2.571)	(2.571)	(830)	(1.741)	CDI	07/2019	660.000
J.P. Morgan	-	(1.227)	(1.227)	(295)	(931)	CDI	02/2021	300.000
Santander	-	(402)	(402)	(99)	(303)	CDI	02/2021	105.000
Votorantim	-	(387)	(387)	(95)	(291)	CDI	02/2021	100.000
Subtotal	-	(4.587)	(4.587)	(1.320)	(3.267)			
Total	647.404	(35.205)	612.200	658.967	(46.767)			
Circulante	276.564	-						
Não Circulante	370.841	(35.205)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15

(1) Os *swaps* para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nacional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes

Notas Explicativas

impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)			
	2016		2015	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Varição de taxas de juros	(757)	13	(501)	(781)
Varição cambial	(397.944)	(696.029)	(139.832)	282.844
Marcação a mercado	13.130	62.181	29.824	29.688
	(385.570)	(633.835)	(110.510)	311.751

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação/ Depreciação cambial de 25%(c)	Apreciação/ Depreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.885.712)		(448.527)	385.033	1.218.593
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	3.654.688		568.049	(487.635)	(1.543.319)
	768.976	baixa dolar	119.522	(102.602)	(324.726)
Instrumentos financeiros passivos	(72.492)		(12.783)	(34.102)	(55.421)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	72.262		12.743	33.994	55.245
	(230)	alta euro	(40)	(108)	(176)
Total	768.746		119.482	(102.710)	(324.902)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2016 foi de R\$ 3,21 para o dólar e R\$ 3,54 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,71 e R\$ 4,17, e a depreciação cambial de 15,54% e 17,63%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e portanto o câmbio local é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. Em função da exposição cambial líquida do euro ser um passivo, o risco é alta do euro, e o câmbio é depreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 14,13% a.a; TJLP 7,19% a.a., IPCA 8,84% a.a, e SELIC 14,15% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 214.551 (despesas de CDI R\$ 387.533 e TJLP R\$ 26.723 e receitas IPCA R\$ 167.730 e Selic R\$ 31.975). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação/redução de índice em 25% (b)	Elevação/redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.967.450		(16.527)	48.842	114.210
Instrumentos financeiros passivos	(1.595.329)		13.401	(39.604)	(92.609)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(3.114.750)		26.164	(77.324)	(180.811)
	(2.742.629)	alta CDI	23.038	(68.086)	(159.210)
Instrumentos financeiros passivos	(371.666)		(1.152)	(8.121)	(15.090)
	(371.666)	alta TJLP	(1.152)	(8.121)	(15.090)
Ativo financeiro da concessão	1.897.394		(49.712)	(79.216)	(108.721)
	1.897.394	baixa IPCA	(49.712)	(79.216)	(108.721)
Ativos e passivos financeiros setoriais	225.969	baixa SELIC	(1.943)	(9.451)	(16.959)
Total	(990.932)		(29.769)	(164.874)	(299.980)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 13,29%, 7,50%, 6,22% e 13,29% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro semestre de 2016, um valor de R\$ 2.797 (R\$ 2.979 no primeiro semestre de 2015) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição acionária pela State Grid International Development Limited

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 01 de julho de 2016, a controladora CPFL Energia divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. (“CCSA”) uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited. (“compradora”) para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da CPFL Energia.

Após a efetiva celebração do contrato de aquisição, que se dará com a obtenção das devidas aprovações por parte das autoridades públicas competentes, incluindo o CADE e a ANEEL, terá início o prazo para os demais signatários do Acordo de Acionistas da controladora CPFL Energia exercerem o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações objeto da transação ou, de outra forma, optarem por aderir à transação e alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas ações da controladora CPFL Energia vinculadas ao Acordo de Acionistas, pelo mesmo preço e condições ofertadas à CCSA pela compradora.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Paulista de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Segundo Trimestre de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de

seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 01 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Christian Canezin

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 237470/O-9